

Ameaçado o recesso dos parlamentares

DIDA SAMPAIO



Inocêncio de Oliveira: acordo para dar relatoria ao PP causa reação

Cláudia Moreira

Nada de férias: pela terceira vez consecutiva o Congresso verá seu recesso ser suspenso. Desta vez a responsável é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa parâmetros para o Orçamento do ano que vem e que, constitucionalmente, precisa ser aprovada no primeiro semestre sob pena de seu exame entrar pelo recesso adentro. Até agora sequer está constituída a Comissão Mista de Orçamento, encarregada de examinar a lei e as 555 emendas já apresentadas pelos parlamentares. Mesmo com a promessa de instalar a comissão na próxima terça-feira, os 84 membros não terão tempo hábil para cumprir os prazos regimentais até o final do mês.

O grande problema para que a comissão seja instituída está na briga política pela presidência e relatoria. De acordo com o regimento da Comissão Mista, estas funções serão exercidas, a cada ano, alternadamente por representantes do Senado e da Câmara. Mas também há uma regra vigente na Casa de que o presidente e o relator terão sempre partidos diferentes. No ano passado, o deputado Messias Góis, do PFL, foi o presidente da comissão, enquanto o senador Mansueto de Lavor, do PMDB, ocupou a relatoria. Agora, os papéis deveriam ser invertidos.

Para que a situação seguisse as normas da Casa, a presidência da comissão ficaria para um senador do PMDB e a relatoria para um deputado do PFL. No entanto, durante a campanha para presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira firmara um acordo pelo qual a relatoria da Comissão Mista ficaria com o PP. A escolhida seria a deputada Lúcia Vânia, de Goiás. Outro nó que precisaria ser desfeito é que uma parcela de forças políticas do PMDB deseja ter na presidência o deputado Cid Carvalho (MA), que pela regra geral não poderia assumir tal responsabilidade, pois o lugar é do Senado. No meio de tantas indicações, surge o nome do senador do PMDB, Márcio Lacerda, que é o mais cotado para assumir a presidência da comissão. Segundo ele, não há brigas políticas, apenas ajustes para que haja um entendimento.

Outra certeza de que a lentidão na votação da LDO irá ultrapassar

o mês de junho é que o Executivo enviou ao Congresso um plano plurianual referente aos anos de 1994 e 1995. Este plano é um esboço das metas do governo a médio prazo, e pela Constituição, os pontos principais salientados pelo Presidente da República não podem se chocar com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, o Plano Plurianual deverá ser votado antes da LDO.

Atraso — O orçamento do ano passado chegou ao Congresso no dia 31 de agosto e só foi aprovado em março deste ano. O atraso foi justificado devido ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Com isso, a elaboração dos gastos e receitas para o ano que vem também ficou atrasada. É bom lembrar que neste meio tempo, não se gastou o dinheiro reservado para 1993 e já se começou a elaborar o orçamento de 1994.

Agora, o governo coloca a receita como dependente da regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), em tramitação no Congresso. Por isso, muitos parlamentares vêem o orçamento como uma obra de ficção, ou seja, há um detalhamento enorme de gestos, mas nenhuma garantia de receita.

Emendas — Um pouco mais de dez por cento dos parlamentares remeteram emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as regras preliminares

do orçamento da União para o ano de 1994. Apesar da determinação de que cada deputado ou senador deva mandar no máximo 50 emendas, o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE) ultrapassou a cota, enviando à Comissão de Orçamento, 71 propostas. Atrás dele, vieram Fernando Diniz (PMDB-MG) com 41, Giovanni Queiroz (PDT-PA) com 38 e Paulo Bernardo (PT-PR) com 24. No total, foram apresentadas 555 emendas, número reduzido se comparado ao ano passado que chegou a ter 70 mil propostas.

Pela estatística da assessoria do PPS, 30 por cento das emendas relacionam-se à saúde e entre 25 a 30 por cento, à prestação de contas. O restante dispõe sobre assuntos diversos como servidor público, problemas rurais, transferências aos municípios e investimentos da União. As repetições estão em torno de 10 a 15 por cento. No meio de tantas sugestões, há apenas duas que falam sobre o meio ambiente. Os autores não são os chamados deputados ambientalistas como Fábio Feldmann ou Sidney Miguel, mas Augusto Carvalho (PPS-DF) que pretende criar um depósito para detritos radioativos e Aloízio Mercadante, que salienta a importância de só se aprovar projetos quando houver viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Como a preocupação maior vem sendo a saúde do País, os

deputados e senadores apresentam idéias das mais variadas. Há aquelas que estipulam um patamar mínimo de gastos da União com relação a receitas. A porcentagem muda de um projeto para outro. Algumas sugestões estabelecem contribuições obrigatórias da Previdência Social para a área de saúde. Como não há dispositivo constitucional que garanta um repasse mínimo para o setor, os parlamentares estão tentando de todas as formas colocar a discussão já na LDO.

Rurais — As questões rurais foram tratadas basicamente pelo deputado Giovanni Queiroz e por Clóvis Assis (PDT-BA). As emendas propõem a equalização, formas de correção de endividamentos, novas fontes de recursos, entre outros. Maria Laura e Sérgio Machado ficaram mais por conta dos servidores públicos. O líder do PMDB, Genebaldo Correia, apresentou 14 emendas tratando do repasse aos municípios e Hélio Rosas (PMDB-SP) se reteve mais à habitação. A deputada Irma Passoni (PT-SP), que integra a comissão, tendeu para esta área em toda as suas seis emendas.

DF — Os parlamentares do Distrito Federal não se preocuparam muito em fazer emendas para a LDO. Dos 11 parlamentares da bancada federal, quatro elaboraram propostas para serem anexadas ao orçamento. O deputado Augusto Carvalho (PPS) destacou-se pelo maior número de sugestões, em um total de 18, seguido de Maria Laura (PT), com dez, Valmir Campelo (PTB) com quatro e Sigmaringa Seixas (PSDB) com uma única emenda.

De todas as propostas apresentadas pelos parlamentares da bancada do DF, quatro são relacionadas a Brasília e à região do Entorno. O senador Valmir Campelo, PTB, propõe trocar os 66 carros do Senado, alegando que os veículos estão antigos demais. Porém, há tempo o orçamento não permite a aquisição de carros para senadores, autorizando apenas a compra de veículos novos pelos presidentes da Câmara e do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, dos ministros de Estado e do Procurador-Geral.

A emenda de Augusto Carvalho relaciona-se com a obrigatoriedade da União em repassar recursos ao DF para as áreas de saúde e educação.